

# Sabesp amplia captação no Paraíba do Sul, no RJ, para reforçar Sistema Cantareira

Autorização temporária até o fim de 2026 tenta controlar baixo nível dos reservatórios da Grande SP

GOVERNO DE SÃO PAULO/DIVULGAÇÃO



Sistema Cantareira opera na “faixa de atenção”, com apenas 39,9% de seu volume útil

Da Redação

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) recebeu autorização para ampliar, em caráter temporário e excepcional, a captação de água da bacia do Rio Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, com o objetivo de reforçar o Sistema Cantareira, principal manancial de abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. A medida foi aprovada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em conjunto com os órgãos gestores de recursos hídricos de

São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e busca aumentar a segurança hídrica diante da persistência da estiagem.

O Sistema Cantareira, responsável pelo abastecimento de cerca de 10 milhões de pessoas, opera atualmente na chamada “faixa de atenção”, com apenas 39,9% de seu volume útil armazenado, índice inferior à média histórica para o período. Já o Sistema Integrado Metropolitano (SIM), que reúne sete grandes reservatórios responsáveis pelo abastecimento da Grande São Paulo, registra 52,5% da capacidade. Com a autorização, o

volume máximo anual de água que poderá ser transferido da Usina Hidrelétrica Jaguari, localizada na bacia do Rio Paraíba do Sul, para o reservatório Atibaína, integrante do Sistema Cantareira, passará dos atuais 162 hectômetros cúbicos (hm<sup>3</sup>) para até 268,28 hm<sup>3</sup> ao longo de 2026. Cada hectômetro cúbico corresponde a 1 bilhão de litros de água. A medida terá validade até 31 de dezembro de 2026.

O aumento da transferência atende a um pedido apresentado pela Sabesp e recebeu parecer favorável dos comitês das bacias hidrográficas do

Paraíba do Sul, Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) e Alto Tietê. Segundo os órgãos gestores, a decisão busca preservar a segurança do abastecimento diante da perspectiva de continuidade do período seco.

A autorização ocorre em um momento considerado delicado para o Sistema Cantareira. Caso o nível dos reservatórios permaneça abaixo de 40%, o manancial poderá entrar na chamada faixa 3, de alerta, prevista nas regras operacionais da outorga. Nessa situação, a vazão máxima autorizada para captação de água

seria reduzida de 31 metros cúbicos por segundo para 27 metros cúbicos por segundo, restringindo a disponibilidade hídrica para abastecimento.

A decisão também estabelece uma série de condicionantes para evitar impactos sobre a própria bacia do Paraíba do Sul, responsável pelo abastecimento de milhões de moradores do estado do Rio de Janeiro e de municípios de São Paulo e Minas Gerais como a suspensão automática do aumento da transferência, caso o Sistema Cantareira volte a operar acima de 60% do volume útil ou se a Sabesp retomar a utilização da vazão média mensal sem restrições.

Em nota, a Sabesp afirmou que pretende investir R\$ 7,8 bilhões até 2030 em ações destinadas a aumentar a resiliência dos sistemas de abastecimento. O pacote inclui a modernização de instalações, ampliação da capacidade de tratamento de água, construção de novas interligações entre mananciais e melhorias operacionais para enfrentar períodos prolongados de estiagem. A companhia informou também que o monitoramento dos reservatórios, das vazões e das condições climáticas é realizado continuamente para orientar a operação dos sistemas e que, mesmo diante de diferentes cenários hidrológicos, os estudos técnicos indicam manutenção da segurança do abastecimento na Grande São Paulo.

## Faesp critica Plano Safra e pede política permanente

ILUSTRAÇÃO / IMAGEM GERADA POR IA

Da Redação

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) emitiu nota após o anúncio do Plano Safra 2026/2027 pelo governo federal, nesta terça-feira (30), que prevê a destinação de R\$ 525,1 bilhões à agricultura empresarial, e avaliou que as medidas apresentadas “são insuficientes para enfrentar os desafios estruturais do setor”.

De acordo com a entidade, “o acréscimo de cerca de R\$ 9 bilhões em relação ao ciclo anterior não acompanha a realidade vivida pelos produtores rurais”, marcada por “aumento dos custos de produção, juros elevados, eventos climáticos extremos

e crescente endividamento”. Para a Faesp, “o ponto central não está apenas na ampliação do volume de crédito, mas na ausência de mecanismos concretos para reestruturar passivos e garantir sustentabilidade financeira ao produtor”.

A federação destaca que, “embora o Plano Safra represente uma das principais políticas de financiamento do agronegócio, muitos produtores enfrentam uma situação em que o crédito novo acaba sendo direcionado ao pagamento de dívidas anteriores, reduzindo a capacidade de investimento e expansão da atividade”. Outro ponto criticado é a falta de previsibilidade da política agrícola. A Faesp afirma que “a dependência de anúncios anuais gera

incertezas sobre juros, regras e disponibilidade de recursos, dificultando o planejamento de longo prazo em um setor que exige decisões estratégicas com horizonte de vários anos”. A entidade defende a criação de uma política de Estado permanente para o agronegócio, com regras estáveis e maior segurança para investimentos.

A nota também ressalta a necessidade de uma “abordagem mais integrada da política agrícola, que contemple pequenos, médios e grandes produtores”. Para a Faesp, “os recordes de produção não se refletem de forma uniforme na renda do campo, especialmente entre pequenos e médios produtores, que representam a maior parte das propriedades rurais de SP”.



Faesp diz que Plano só terá impacto efetivo se vier acompanhado de medidas estruturantes